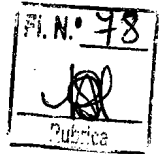




ESTADO DE SERGIPE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM



INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2017

JUSTIFICATIVA

A comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Maruim, instituída pela Portaria nº 03 de 02 de janeiro de 2017, apresenta justificativa para contratação direta por **INEXIGIBILIDADE**, da empresa **LINK3 SISTEMA DE AUTOMAÇÃO LTDA-EPP**, sediada a Praça Jackson Figueredo nº0017, sala 03, Centro, Município de Itaporanga D'Ajuda/SE, inscrita no CNPJ: 21.692.672/0001-85, para Contratação de empresa para Prestação de Serviços técnicos especializado em Sistema para Gestão de Executivo Municipal: GovNet- Planejamento; Contabilidade; Financeiro; PPA; LDO; LOA, e Publicação da Lei Complementar 131/2009 a fim de atender todas as necessidades desta Prefeitura., aludindo o seguinte:

Sabe-se que esta Prefeitura, por força da sua natureza jurídica, se sujeita a Lei das Licitações e Contratos, máxime porque utiliza recursos provenientes da Fazenda Pública.

É bem de perceber, todavia, que nem sempre é necessário, ou, principalmente, possível, instaurar-se um procedimento licitatório (o que ocorre no presente caso!). A regra é licitar; no entanto, a Lei nº 8.666/93 excepciona casos em que esta é dispensável, dispensada ou inexigível.

A Legislação infraconstitucional aponta inexigibilidade, onde se deflue do *caput* do artigo 25, que é vedada a deflagração do Processo, porquanto lhe falta o requisito essencial à sua procedibilidade, ou seja, a competição, sem a qual a Licitação seria uma burla.

A inexigibilidade de licitação pressupõe uma situação em que esta não é viável. Ou seja, a licitação inexigível é uma obrigação, principalmente diante das circunstâncias do caso concreto e da ativez dos bens jurídicos a serem protegidos.

Assim, como se observa, a lei que rege as licitações e contratos administrativos estabelece critérios objetivos para a contratação direta. E é sob a óptica desses critérios infraconstitucionais que Esta comissão demonstrará a situação de inexigibilidade de licitação que ora se apresenta.

A Lei nº 8.666/93, em seu artigo 25, *caput*, determina que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

Analisando-se, agora, o requisito exigido para se configurar a inexigibilidade nesses moldes, qual seja a inviabilidade, vê-se que o objeto que se pretende contratar para Serviço técnicos especializados em Sistema para Gestão do Executivo Municipal: **GovNet- planejamento; contabilidade; financeira; PPA; LDO; LOA; Portal da Transparência e Publicação Legal**, para atender as necessidades desta Prefeitura, preenche o mesmo.

O licenciamento de uso de software de Gestão Pública é exclusividade, pois trabalha um sistema de gestão e precisa ser implantado nesta Prefeitura através do fornecimento da licença de uso (Implantação, Manutenção, treinamento e suporte técnico); o trabalho prevê a utilização de diagramas, relatórios, gráficos, planilhas, sistematização de informações com a atualização sobre dados, rotina de consolidação de informações, integração com fontes de dados heterogêneas e demais funcionalidades disponibilizadas somente por meio da automação de sistemas de informação especialistas e específicos para as respectivas áreas, integradas à área administrativa.

É imperioso ressaltar que a criação e a implantação de todo objeto em análise é de exclusividade da empresa citada abaixo e proporcionará excelência no atendimento dando celeridade, eficiência e qualidade nos trabalhos desenvolvidos por esta Prefeitura;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM**

Ante ao exposto, culmina a inviabilidade de competição, o que caracteriza e autoriza a utilização do instituto da inexigibilidade de licitação, posto que a concorrência é inviável face à exclusividade da Empresa na prestação desse serviço para o fornecimento desses sistemas de caráter personalíssimo e à incapacidade de comparação objetiva.

Assim, vencido o requisito necessário para uma contratação direta nos moldes do art. 25, *caput* da Lei nº 8.666/93, vejamos, agora, as condições formais para a composição do processo de inexigibilidade de licitação.

**1 - Razão da escolha do fornecedor ou executante** - A escolha da empresa **Link3 Sistema de Automação Ltda-EPP**, não foi contingencial. Prende-se ao fato de que ela enquadra-se, perfeitamente, no dispositivo enumerado na Lei de Licitações e Contratos, consoante o já demonstrado acima, como *conditio sine qua non* à contratação direta, além de ser a detentora da criação e licenciamento dos programas.

**2 - Justificativa do preço** - Os preços apresentados pela **Link3 Sistema de Automação Ltda-EPP**, estão estabelecidos de acordo com os preços praticados pela mesma no mercado. Ademais, os preços apresentados pelos serviços a serem adquiridos encontram-se dentro de parâmetros aceitáveis e de acordo com os padrões de mercado estabelecidos e praticados no âmbito comercial pelas empresas de software, além do que, convém ressaltar, preços justos e dentro de parâmetros aceitáveis, conforme pesquisa realizada.

Perfaz a presente inexigibilidade o Valor Mensal de R\$ 1.200,00 (hum mil e duzentos reais) mensal, totalizando um valor Global de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), para o exercício de 2017, sendo que as despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

UO: 15003-Secretaria Municipal de Finanças  
PA: 2004 -Manutenção da Secretaria Municipal de Finanças  
ED: 3390.39.00.00-Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica  
FR: 0100.000 - Tesouro

Por fim, não finalmente, diante da fundamentação fático-jurídica, e:

*Considerando* a necessidade precípua do Poder Público em atender a legislação, cumprir com os prazos legais e manter, no Órgão Público Municipal, a organização, padronização e integração dos procedimentos de todos os setores, e a importância e a obrigatoriedade da contratação dos aludidos serviços, já que ficou comprovado que, somente através de sistemas informatizados específicos, o volume de dados, a precisão, a frequência e a qualidade das informações exigidas pela legislação poderão ser obtidas;

*Considerando* que a **Link3 Sistema de Automação Ltda-EPP** é a empresa que oferece uma solução completa e integrada de sistemas informatizados para a Administração Pública Municipal, observadas, neste caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantias oferecidas pela mesma;

*Considerando* que os sistemas e serviços oferecidos pela **Link3 Sistema de Automação Ltda-EPP**, representam uma alternativa pertinente, pois, já foram testados e utilizados com sucesso comprovado, não só por este Órgão Público Municipal, mas, por muitos outros. Portanto, sua contratação no uso dos sistemas e serviços demonstra eficiência por parte desta Prefeitura;

*Considerando* que a **Link3 Sistema de Automação Ltda-EPP** é a detentora dos programas e que possui equipe de técnicos capacitada e infraestrutura completa com equipamentos, veículos, telefones, além de escritório preparado para o atendimento e treinamento dos servidores;



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARUIM**

Finalmente, porém não menos importante, diante de todas as razões acima expostas, opino pela contratação direta dos serviços da Proponente – **Link3 Sistema de Automação Ltda-EPP** – sem o precedente Processo Licitatório, *ex vi do caput* do art. 25 da Lei nº 8.666/93, em sua atual redação.

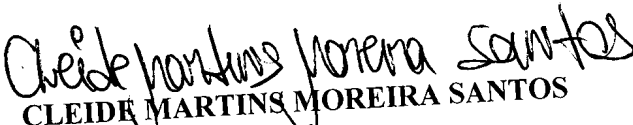
Ao Excelentíssimo Prefeito, para apreciação e posterior ratificação desta Justificativa, após o que deverá ser publicada na imprensa oficial, em obediência ao *caput* do artigo 26 da mesma norma jurídica suso aludida.

Maruim, 03 de janeiro de 2017.

  
**ELENILDES ALVES DOS ANJOS**  
Presidente da CPL

  
**LAIZE SANTOS DE ALMEIDA**  
Secretária

  
**TEFSON RODRIGUES DOS SANTOS**  
Membro

  
**CLEIDE MARTINS MOREIRA SANTOS**  
Membro

RATIFICO EM 03/01/2017.

  
**JEFERSON SANTOS DE SANTANA**  
Prefeito municipal de maruim